

18. Provisões para Contingências: A Companhia e suas controladas provisionaram ações judiciais e administrativas de natureza trabalhista, cível e fiscal, classificadas no passivo não circulante, consideradas pela Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, como suficiente para cobrir prováveis perdas. Essas contingências são compostas conforme segue:

Descrição	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Provisão para riscos	27.114	37.785	6.088	6.304
Trabalhistas	16.749	16.749	-	-
Tributárias	1.882	1.863	1.517	1.517
Cíveis e outras	1.098	578	316	445
	46.843	56.975	7.921	8.266

• **Reclamações trabalhistas** - consistem principalmente em reclamações de empregados por: (i) pagamento de horas extras, (ii) pagamentos adicionais por alegações de insalubridade em condições de trabalhos e (iii) outros assuntos, frequentemente conectados com disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. O montante de reclamações trabalhistas acima, no valor de R\$16.749 em 2018 (R\$16.749 em 2017), reconhecido nos registros contábeis da controlada TVV-Reserva de Vela Valsa S.A., refere-se a contingências trabalhistas com prognósticos de perdas prováveis registrados no âmbito do exercício, por conta de prováveis desembolsos com obrigações contingenciais de responsabilidade da VALE S.A. (vide Nota 7), amparado por interpretação do Acordo de Indenização pactuado entre a Log-In Logística Intermodal S.A. e suas controladas e a VALE, datado de 23/03/2007. A Companhia e/ou suas controladas poderão ingressar no juízo competente com as medidas necessárias para assegurar seus créditos. • **Tributárias** - abrangem principalmente: (i) tributos pretendidos na transferência de bens (ii) nas mudanças na base de cálculo de contribuições para o PIS e a COFINS, • **Cíveis e outras** - abrangem principalmente demandas relacionadas a acidentes, ações indenizatórias e outras. A Companhia poderá ingressar no juízo competente com as medidas necessárias para assegurar o seu crédito/ou de suas controladas. Faz parte principalmente a processos de responsabilidade exclusiva da VALE sem custos para a Companhia, bem como outras buscas por mudança de prognóstico e revisão de valor de processo, no decorrer do exercício de 2018 as contingências tiveram a seguinte movimentação:

Descrição	Consolidado		Controladora	
	Saldo em 2017	Movimentação no período	Saldo em 2017	Saldo em 2018
Reclamações trabalhistas	54.173	486 (8.174)	2.532 (5.438)	(77) 43.502
Tributárias	1.863	(11) 30	-	- 1.882
Cíveis	939	680 (6) 182	(336)	- 1.459
	56.975	1.166 (8.191)	2.744 (5.774)	(77) 46.843
DRE		7.025 (2.744)		

A Companhia continua perseguindo seus interesses em todas as ações civis e constituiu provisão para os processos considerados como perdidas prováveis. Em 23/03/2007, a Companhia firmou com a Vale S.A. um acordo de indenização, através do qual a VALE se comprometeu a indenizar a Log-In e suas controladas, por toda e qualquer perda, prejuízo, danos, custos, despesas ou outras obrigações de caráter pecuniário, que a Companhia venha a sofrer em decorrência de decisão transitada em julgado dos processos judiciais, administrativos ou arbitragens dos quais a Companhia é ou será parte e cujo fato originador tenha ocorrido antes da publicação do Anúncio de Encerramento da oferta pública de ações. O saldo dessas contingências totaliza R\$17.997 em 2018 e em 2017, no consolidado. Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes em 2018 no montante de R\$287.765 no consolidado e R\$175.626 na controladora (em 2017 - R\$260.836 no consolidado e R\$160.501 na controladora), com perdas consideradas possíveis, para os quais, com base nos prognósticos dos advogados, não há provisão constituída. Os principais processos classificados como possíveis são de natureza trabalhista (R\$152.970) e tributária (R\$103.266), consolidados. Dentre o montante de R\$287.765 acima, R\$49.316 estão sob o acordo de indenização mencionado no parágrafo anterior, composto por R\$28.315 mil de natureza tributária, R\$19.148 de natureza trabalhista e R\$1.853 de causas cíveis. A Companhia e suas controladas possuem, ainda, depósitos judiciais correlacionados às contingências provisionadas. Os depósitos judiciais foram efetuados de acordo com as requisições judiciais, a fim de possibilitar que a Companhia ingresse e/ou continue com as ações legais; são atualizados monetariamente e estão classificados no ativo não circulante até que aconteça a decisão judicial dos resgates dos mesmos pelo reclamante ou pela Log-In e suas controladas em desfecho favorável a essas entidades. Em 31/12/2018 e em 2017, os depósitos judiciais estão assim representados:

Descrição	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Processos trabalhistas	31.376	29.351	11.720	19.137
Processos tributários	31.243	27.891	29.869	26.486
Processos cíveis e outros	2.717	2.485	2.590	2.437
	65.336	59.727	52.179	48.060

Provisão para perdas estimadas com resgates de depósitos judiciais

	2018	2017	2018	2017
	(28.342)	(26.167)	(21.148)	(19.697)
	37.002	33.360	31.031	28.363

19. Patrimônio Líquido: a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31/12/2018 corresponde a R\$654.224 e está representado por 38.074.958 ações ordinárias, nominativas e escriturais, de emissão da Companhia. No decorrer do exercício de 2018, o capital social foi aumentando em R\$28.150, devido a captação de recursos mediante a emissão de 13.731.931 novas ações ordinárias, nominativas e escriturais, de emissão da Companhia, conforme divulgação de Fato Relevante aos acionistas (Aviso aos Acionistas) em 14/06/2018 e em 16/08/2018, bem como por mais R\$ 2.036 mediante a emissão, para subscrição particular, de 986.000 ordinárias, nominativas e escriturais, em 30/09/2018 e em 18/12/2018, tendo por base os Termos de Exercício de Opção enviados pelos Beneficiários do Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração em 22/09/2016 ("Programa"), relacionado ao Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado pela AGE em 17/08/2016 ("SOP"). O capital social da Companhia, em 31/12/2018, corresponde a R\$654.224 e está representado por 38.074.958 ações em circulação e por 1.218.772 ações em tesouraria, totalizando 38.074.958 ações ordinárias, sem valor nominal (em 31/12/2017, capital social e estava representado por 22.138.255 ações em circulação e 1.218.772 ações em tesouraria, totalizando 23.357.027 ações ordinárias, sem valor nominal). Em 31/12/2018 e em 31/12/2017, o capital social é composto como segue:

Acionista:	2018		2017	
	Quantidade de ações e respectivo percentual	Quantidade ações ON e respectivo percentual	Quantidade de ações e respectivo percentual	Quantidade ações ON e respectivo percentual
Alaska Investimentos Ltda.	18.535.364	48,68%	5.998.691	25,68%
Perea Capital	1.692.633	4,45%	-	-
Fundação Petróbrás de Seguridade Social-PEPETS	-	-	2.347.059	10,05%
Cox Gestão de Recursos Ltda.	-	-	1.354.547	5,80%
Outros Investidores	16.628.189	43,67%	12.437.958	53,25%
	36.856.186	96,80%	22.138.255	94,78%
Ações em tesouraria	1.218.772	3,20%	1.218.772	5,22%
	38.074.958	100,00%	23.357.027	100,00%

b) Ações em tesouraria: A Log-In mantém em sua tesouraria 1.218.772 ações ordinárias (6.093.861 ações ordinárias, antes do grupamento, conforme mencionado no parágrafo anterior), que correspondem a 3,20% do total de ações ordinárias nominativas da Companhia. Essas ações foram adquiridas no decorrer do exercício de 2008 ao custo médio ponderado de R\$8,35, por ação. O valor de mercado das ações em tesouraria, calculado com base na cotação da B3 (BM&FBOVESPA) de 30/12/2018 é de R\$9.506 (R\$4.266 em 30/12/2017). c) Reserva de incentivos de AFRMM: Nos termos do item III do artigo 18 da Lei nº 11.941/2009, combinado com o artigo 195-A da Lei 6.404/1976, alterada pela Lei nº 11.648/2007, o montante das subsídios para investimento-AFRMM, concedidas pelo Poder Público como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos (no caso da Companhia: construção de embarcações com recursos do FMM), deverá ser mantido em conta de reservas de lucros, apurada até o limite do lucro líquido do exercício. O valor apropriado em reservas de lucros será tributado na forma do lucro real caso seja dada destinação diversa da prevista na legislação (capitalização, manutenção em reservas para investimentos). O saldo remanescente das subsídios que não for registrado em reservas de lucros em face da limitação do lucro líquido apurado no exercício deverá ser utilizado nos exercícios subsequentes. d) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício e tem por objetivo assegurar a integridade do capital social. e) Destinação do lucro líquido do exercício: O Estatuto Social da Companhia prevê a destinação de 25% do lucro líquido do exercício a título de dividendo mínimo obrigatório, após os ajustes necessários consoante as determinações legais. Dessa forma, nos termos do artigo 192 da Lei 6.404/1976, com a redação dada pela Lei nº 10.303/2001 e pela Lei nº 11.638/2007, a destinação do lucro líquido do exercício de 2018 - a ser referendada pela assembleia geral ordinária, mediante proposta da administração da Log-In, segue conforme quadro abaixo:

Descrição	2018		2017	
	Prejuízo acumulado de exercícios anteriores	Prejuízo acumulado de exercícios anteriores	Prejuízo acumulado de exercícios anteriores	Prejuízo acumulado de exercícios anteriores
Prejuízo acumulado de exercícios anteriores	-	(1.065.457)	(1.065.457)	-
Abstração parcial do prejuízo acumulado	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	6.002	-	4.705	-
• Constituição reserva legal	(300)	-	-	-
• Constituição reserva incentivos de AFRMM	(5.702)	-	-	-
Saldo prejuízo acumulado	-	(1.060.752)	(1.065.457)	-

20. Lucro (Prejuízo) Líquido Básico e Diluído por Ação: Os valores dos prejuízos básicos e diluídos por ação foram calculados conforme segue:

	2018	2017
Acionistas controladores	6.002	(606.874)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	0,16	(30,24)

21. Remuneração Baseada em Ações: a) Plano de Matching: Nos termos do Plano de Matching, eram elegíveis à premiação os profissionais (diretores e gerentes da Log-In) que atendessem às seguintes condições: i) Trabalharam na Companhia durante o ano de vigência do Plano ocupando posições executivas; ii) Fizeram jus ao Programa de Participação nos resultados referentes ao ano vigência do Plano; iii) Estiverem ativos e trabalhando na Companhia na data da aquisição das ações; e iv) Foram posicionados na matriz de Carreira e Sucesso nos quadrantes "adequados" ou "talento". Em reunião do Conselho de Administração realizada em 10/03/2017, foi aprovado o 6º Plano de Matching para o ciclo 2013/2016, com prazo de adesão em abril de 2013, nas mesmas condições dos Planos anteriores; o 7º e o 8º Planos de Matching, foram aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada em abril de 2014 e de 2015, com prazo de adesão em abril de 2014 e de 2015, para os ciclos 2014/2017 e 2015/2018, respectivamente. Em 31/12/2017, o montante de 12.756 ações existente a que os executivos - elegíveis à premiação em ações da Companhia - fizeram jus, foi liquidado no primeiro semestre de 2018, zerando esse Plano. As ações foram emitidas pela Companhia e não houve desembolso de caixa pela mesma, ou seja, o plano foi liquidado com a entrega das ações. O plano de remuneração é mensurado periodicamente pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio. b) Plano de incentivo de longo prazo (LLP): Plano cujo objetivo é reter os diretores e gerentes, mantê-los engajados e incentivar a "visão de longo prazo", comprometendo-os com os resultados de médio e longo prazos, reforçando a cultura de desempenho sustentado. O LLP tem vigência de 3 (três) anos, com concessões anuais a serem realizadas de 2016 a 2019. Destacamos que não há nenhuma outorga concedida relacionada a este plano em 31/12/2018. Estão vinculados ao desempenho individual, ou seja, resultados e competências apurados relativos ao ano anterior à concessão, baseados por faixas referenciais em quantidades de ações no nível de cargo. O lote de ações concedido tem *vesting period* de 3 (três) anos e a parcela efetivamente convertida em ações com posse plena do participante do plano dependerá do desempenho da Companhia, em termos da cotação das ações na BM&FBOVESPA versus a taxa de CDI do período. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 14/05/2015, foi aprovado esse Plano de Incentivo de Longo Prazo (LLP). O limite máximo de concessão de ações acumulado para a vigência do programa (quatro anos) é de 4,03% sobre o total de ações emitidas pela Companhia. c) Plano de opção de compra de ações da Log-In - "Stock options": Aprovado pela AGE realizada em 17/08/2016 o presente Programa de Opção de Compra de Ações ("Programa 2016") está relacionado ao Plano de Opção de Compra de Ações da Log-In Logística Intermodal S.A. O objetivo do Plano é estabelecer as diretrizes para a outorga de opções de compra de ações, de emissão da Log-In, a administradores e outros executivos da Companhia, com a finalidade de atraí-los, motivá-los e reter-los na Companhia, bem como alinhá-los aos seus interesses com os da Companhia e de seus acionistas. De acordo com os termos e condições estabelecidos no Plano, serão elegíveis a participar desde "Programa 2016" os administradores, executivos e empregados - ("Beneficiários"), da Companhia. A outorga da opção, aprovada pela AGE da Companhia, corresponde a opção de compra de ações ordinárias de sua emissão aos "Beneficiários", mediante a celebração de Contratos de Opção entre a Companhia e a cada Beneficiário, os quais fixarão os termos e condições para o exercício da opção, a quantidade de ações individualmente outorgada a cada Beneficiário e o preço de exercício da opção que, uma vez celebrado, implicará na sua aceitação por cada Beneficiário, de todas as condições estabelecidas no Plano e no presente Programa 2016. O preço de exercício da opção a ser pago pelos Beneficiários será definido pelo Conselho de Administração, para cada ação ordinária ("Preço de Exercício") e equivalerá ao valor da média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações ordinárias da Companhia na BM&FBOVESPA, nos períodos realizados no período de 45 (quarenta e cinco) dias imediatamente anteriores à data de aprovação desse Programa 2016, a ser ajustado pela variação do IPCA, desde a data de fixação do preço da opção até a data do efetivo pagamento do preço total de exercício pelos Beneficiários. A quantidade total de ações abrangida pelo Programa 2016 corresponde a 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia. O prazo de exercício da opção pelos Beneficiários poderá ser realizado em, no mínimo, 2 (dois) anos, a contar da data de aprovação do Programa 2016 ("Período de Carência") e cada Beneficiário terá o prazo de até 120 (cento e vinte) dias para exercer sua opção ("Período de Vigência"), contado do final do Período de Carência; é vedado ao Beneficiário a alienação ou a constituição de quaisquer ônus que recaiam sobre as opções. Os Beneficiários deverão realizar o pagamento do preço total de exercício, em moeda corrente, por meio de transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, observado que a data limite para pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a Data de Aquisição das Ações, em conformidade com o Contrato de Opção. O prazo de vigência do Programa 2016 extingue-se em 18/12/2018. O montante da opção exercível (nº de opções) corresponde a 986.000 (novecentos e oitenta e seis mil), totalizando R\$ 1.894 (um milhão e oitocentos e noventa e quatro mil), que deverão ser pagos pelos Beneficiários optantes para a realização do exercício. Quadro do Programa 2016:

	2018	2017
Programa de opção de compra de ações ("Programa 2016")	1.166.000	17.088/2016
Opções não exercidas até 30/06/2018	1.166.000	2,05
Opções canceladas	(180.000)	Preço de mercado em R\$*
		Preço de mercado em R\$*
		Valor justo das opções em R\$*
Opções não exercidas até 30/09/2018	986.000	Volatilidade do preço da ação**
		Taxa de retorno livre de risco**
		Valor justo na data da outorga**
		Valor a apropriar no exercício

* Valores originais, na data do programa de outorga da opção. ** Valor atualizado para 30/09/2018. **22. Plano Complementar de Aposentadoria - Plano Misto Benefício Vale Mais:** A Companhia proporciona a seus empregados benefícios que englobam plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VAJIA. As contribuições da Companhia ao Plano Vale Mais são como segue: a) Contribuição ordinária - Destinada-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, são idênticas à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano (R\$4.081,52 em 2018 e R\$3.850,49 em 2017). b) Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras. c) Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuárias. d) Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial pontuaria existente. Os participantes efetuam contribuições mensais para o Plano VALE MAIS que variam entre 1% a 18% do salário de participação e as contribuições da Companhia são equivalentes às dos participantes limitadas, porém a 9% do salário de participação. O montante das contribuições feitas pela Companhia durante o exercício de 2018, apropriadas no resultado do exercício, foi de R\$1.969 no consolidado e de R\$1.362 na controladora. No exercício de 2017 foi de R\$2.772 (consolidado) e R\$1.232 (controladora). **23. Cobertura de Seguros:** As coberturas de seguros são determinadas e contratadas em bases técnicas, consideradas pela Administração como sendo suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado. As modalidades de seguros contratados e as respectivas coberturas estão assim relacionadas:

	2018	2017
P & I (Protection and Indemnity) - danos ambientais	3.874.810	3.874.810
Riscos operacionais e containers arrematados*	135.618	125.618
Casco e máquinas (embarcações afretadas a casco nu)	629.655	314.828
Responsabilidade civil (operador portuário/logístico)*	96.870	96.870
Lucros cessantes	21.805	21.805
D&O (Responsabilidade civil diretores e gestores)	70.000	70.000
Shipowners Liability (SOL)	19.374	19.374
Responsabilidade civil (operador portuário/logístico-danos morais)*	3.875	3.875
Seguro fiança judicial	1.937	1.937
Transporte - RCF-TC	25.796	22.193
Transporte - RCF-DC	8.000	8.000
Estações - Capital Uniforme*	14.000	14.000
Diretores - 20 vezes o salário limitado**	mínimo de R\$809 mil e máximo de R\$1.749 mil	mínimo de R\$708 mil e máximo de R\$1.749 mil
Funcionários - 20 vezes o salário limitado**	mínimo de R\$5 mil e máximo de R\$420 mil	mínimo de R\$5 mil e máximo de R\$420 mil

*Para cada apólice de seguro, existe um limite único por os terminais. **As garantias de Morte e Morte Acidental se acumulam.

24. Instrumentos Financeiros:

• Categoria de instrumentos financeiros:

Descrição	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa e Depósitos retidos	27.126	65.176	22.273	59.894
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	155.513	175.298	130.690	136.650
Contas a receber por alienação de direitos contratuais	3.050	17.758	3.050	17.758
Fundo da Marinha Mercante-AFRMM	68.772	51.655	68.772	51.655
Outros	1.824	1.824	1.316	1.316
	256.285	311.711	226.101	267.273

Passivos financeiros:

Descrição	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Empréstimos e recebíveis:				
Fornecedores	103.064	117.221	69.052	73.988
Partes relacionadas	-	-	46.448	41.078
Financiamentos e empréstimos	1.258.324	1.249.984	1.057.997	1.170.776
Obrigações com debêntures	-	20.122	-	20.122
Concessões portuárias a pagar	4.415	5.201	-	-
	1.365.803	1.392.528	1.173.497	1.305.964

Seque a abertura consolidada dos ativos e passivos financeiros por seu valor justo e controlado:

Descrição	2018		2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo financeiro ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa, depósitos retidos e aplicações financeiras	27.126	27.126	65.176	65.176
Contas a receber de clientes	155.513	155.513	175.298	175.298
Contas a receber de clientes por alienação de direitos contratuais	-	-	17.758	17.758
Fundo da Marinha Mercante-AFRMM	68.772	68.772	51.655	51.655
Outros	1.824	1.824	1,824	1,824
	253.235	253.235	311.711	311.711
	4.415	4.415	5.201	5.201
	1.365.803	1.365.803	1.392.528	1.392.528

Passivo financeiro ao custo amortizado:

Descrição	2018		2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Fornecedores	103.064	103.064	117.221	117.221
Financiamentos e empréstimos	1.258.324	1.258.324	1.249.984	1.249.984
Obrigações com debêntures	-	-	20.122	20.122
Concessões portuárias a pagar	4.415	4,415	5.201	5.201
	1.365.803	1.365.803	1.392.528	1.392.528

• Qualidade do crédito dos ativos financeiros; A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas de inadimplência de contrapartes. A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos para adequação às condições atuais do mercado financeiro. As aplicações financeiras da Companhia e das suas controladas estão atreladas a títulos privados em bancos elegíveis de recebimentos de recursos conforme a classificação das agências Fitch, Moody's, Moody's ou Standard & Poor's (S&P). No quadro a seguir, apresentamos os ratings em moeda estrangeira publicados pelas agências Moody's e S&P para as instituições financeiras com as quais tinhamos operações em aberto em 2018:

Instituição Financeira	Ratings	
	Moody's	S&P
Banco do Brasil	Ba3	BB
Banco Bradesco	Ba3	BB
Deutsche Bank	A3	A-
Itaú Unibanco	Ba3	BB
Banco Safra	Ba3	BB
Banco Santander	A3	A-
Pine	BB	B
Votorantim	Ba3	BB

Gestão de risco: Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco abaixo descritos. Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia define metas e diretrizes para o seu gerenciamento, promove e suporta melhorias nos processos de sua avaliação, classifica e define os procedimentos de seu controle. a) Risco de mercado: A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços, porém os mesmos são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia sua exposição e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual administra e mensura esses riscos no período social atual. Os principais riscos de mercado são os quais a Companhia está exposta são os seguintes: b) Risco cambial: A parcela dos financiamentos e operações de lease atrelados à moeda externa (dólar), no montante de R\$333.933 (R\$277.387, em 2017), corresponde a 2